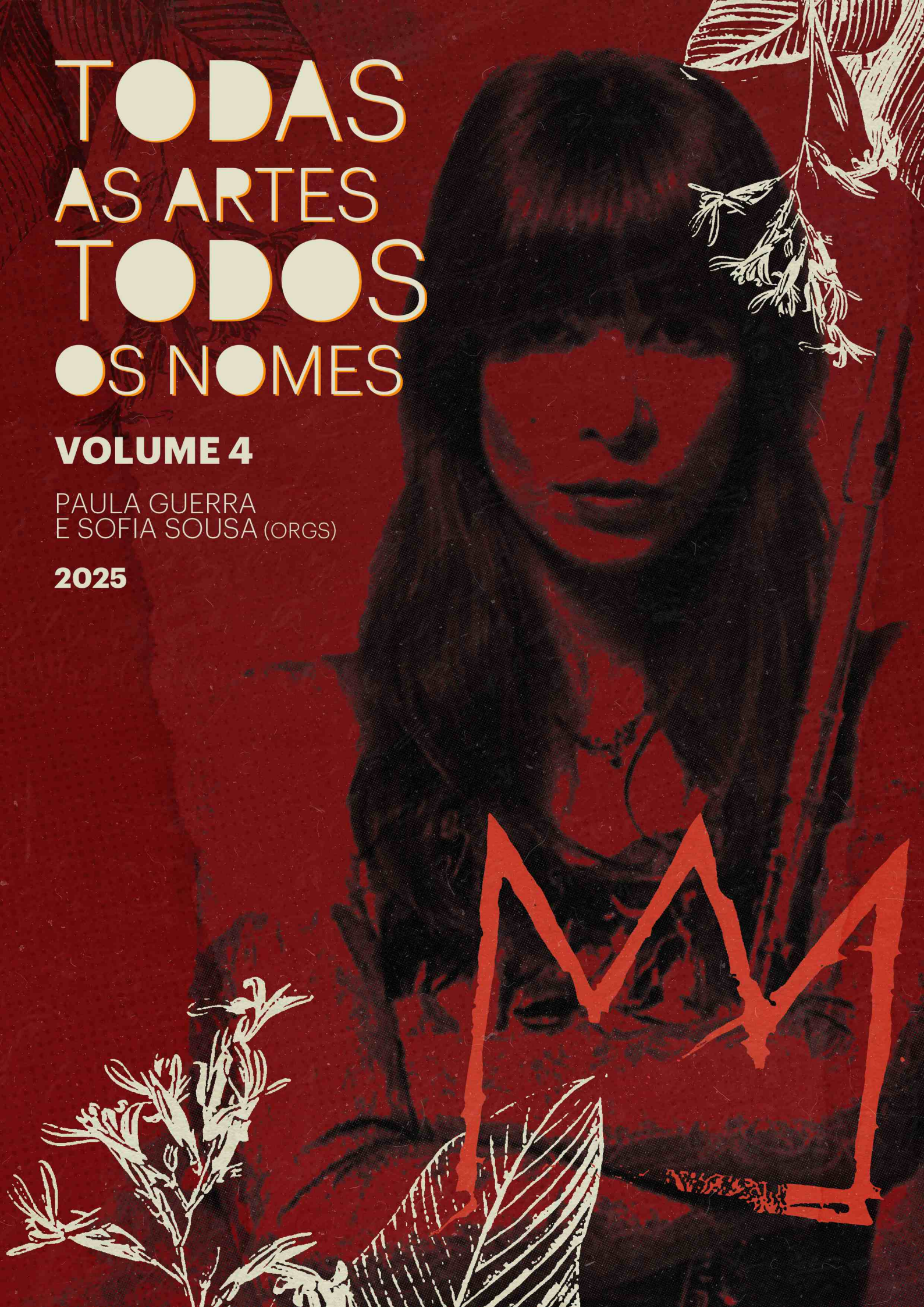


TODAS AS ARTES TODOS OS NOMES

VOLUME 4

PAULA GUERRA
E SOFIA SOUSA (ORGS)

2025





~~Todas as Artes
são os Nomes~~

CAPÍTULO 13



O PROCESSO HISTÓRICO DE INVENÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO: ENTRE AS JORNADAS DE 2013 E O "INTERMINÁVEL" ANO DE 1968

THE HISTORICAL PROCESS OF INVENTION OF THE BRAZILIAN STUDENT MOVEMENT: BETWEEN THE DAYS OF 2013 AND THE "ENDLESS" YEAR OF 1968

Idelmar Gomes Cavalcante Júnior, Universidade Estadual do Piauí, Brasil

Resumo

Este estudo reflete sobre o movimento estudantil brasileiro em termos de sua constituição enquanto categoria histórica. O foco do trabalho é centrado nas diferenças entre os acontecimentos relativos ao ano de 1968 e ao conhecido Junho de 2013, procurando entender, em um primeiro momento, como o ano de 1968 se tornou a grande referência para os movimentos juvenis das décadas posteriores até 2013, quando um outro marco para os movimentos juvenis emergiu com características diferenciadas, projetando sobre o movimento estudantil brasileiro novas pautas e práticas.

Palavras-chave: movimento estudantil, invenção, 1968; junho de 2013.

Abstract

This study reflects on the Brazilian student movement in terms of its constitution as a historical category. The focus of the work is centered on the differences between the events relating to the year 1968 and the well-known June 2013, seeking to understand, initially, how the year 1968 became the great reference for youth movements in subsequent decades until 2013. , when another milestone for youth movements emerged with different characteristics, projecting new agendas and practices onto the Brazilian student movement.

Keywords: student movement, invention, 1968, June 2013.



Já faz algum tempo que 1968 não remete mais apenas a um numeral indicador de uma certa quantidade de anos do século XX, situando no calendário o penúltimo ano da década de sessenta. Quando pronunciada, esta expressão nos traz à mente tantos significados que talvez ela seja, radicalizando o que a gramática chama de derivação imprópria, mais bem classificada como substantivo ou, até mesmo, como adjetivo, associada a termos como *revolta*, *subversão* e *subversivo*.

Nesse caso, a classe gramatical da palavra só poderia ser determinada pelo contexto e pelas intenções daquele que fala. Um artigo da revista *Istoé*, do dia dezesseis de novembro de 2005, por exemplo, no qual a revista discorre sobre distúrbios que jovens excluídos da periferia parisiense protagonizaram em represália à morte de dois adolescentes, atribuída à polícia local, atesta isso. O seu título transforma, claramente, 68 num substantivo com direito a toda carga simbólica que é peculiar a este tipo de palavra: “O 68 da periferia” (*Istoé*, 2005, nº 1883, p. 100).

Essas operações que confirmaram 1968 como um importante dispositivo discursivo durante décadas, só se tornaram possíveis graças a um investimento linguístico que, afrontando a explicitude do calendário, significou 1968 como “um ano que jamais terminou” (Ventura, 1988). O movimento estudantil desse ano foi consagrado como a síntese privilegiada daquilo que a juventude do final dos anos sessenta protagonizou no Brasil, ao mesmo tempo em que submeteu o devir a uma inusitada tirania: o que dizia respeito às manifestações juvenis nas décadas seguintes só parecia adquirir sentido ao ser comparado ao que fizeram em 1968.

Aquele movimento se tornaria o fenômeno mais visível naquele penúltimo ano da década de sessenta, em parte, devido à efetiva presença de legiões juvenis nas ruas das grandes cidades brasileiras, mas também como resultado de um investimento discursivo.

A geração dos “caras-pintadas” que eclodiu em 1992, por exemplo, foi considerada, por muitos, a sucessora dos estudantes de 1968 no Brasil devido às semelhanças entre as suas manifestações (Ventura, 1993, p. 117). Aquela geração de jovens foi estimulada por uma memória coletiva a continuar o que fora feito no passado.

Esta fixação contraria as impressões de alguns militantes estudantis da época, como Jean Marc e Inês Etienne. Enquanto o primeiro avalia que o “AI-5 decretou a morte simbólica do Movimento Estudantil” (Marc, 1999, p. 104), a ex-militante acredita que o movimento estudantil anterior ao Ato Institucional nº 5 ficou tão destruído após o endurecimento do regime que não sobrara nem mesmo suas cinzas (Hollanda, 1989, p. 81).

De facto, o período em que vigora o AI-5 foi difícil para a juventude engajada e inconformada com a falta de liberdade no país, ele afinal suspendia todas as garantias individuais, o *habeas-corpus* e praticamente institucionalizou a tortura e a eliminação física dos adversários do regime. O AI-5, enfim, “só não tirava o direito de pensar porque era impossível penetrar na cabeça das pessoas”, como lembra ironicamente Tavares (1999, p. 100).

O silêncio se tornou uma forma viável e duradoura de resistência à violência da época. E até encontrar uma possibilidade de escuta ampliada, as memórias daquela militância deveriam ser mantidas intactas, o que exigia dos militantes a manutenção daquilo que fosse considerado belo no movimento estudantil, construído a partir da abnegação, da coragem e da força de uma juventude politicamente engajada que enfrentava a condição de dependência do país, em busca de um projeto de transformação nacional. E nos anos 1960, em grande medida, aqueles estudantes estavam convictos de que a cultura marxista poderia bem orientá-los nessa jornada.

Tão convictos que tornaram as lutas juvenis de 1968 alvo de uma captura. Tentaram impor a sua perspectiva política ao conjunto da juventude, buscando convencê-la de que era importante a consciência de classe em oposição à alienação político-cultural e de que caberiam aos estudantes, intelectuais e artistas concretizar uma ideologia de desenvolvimento que pudesse viabilizar um projeto de transformação da realidade brasileira. Isso explica os ataques dos estudantes contra alguns artistas nos anos sessenta, especialmente, contra os tropicalistas. Houve, por exemplo, o notório desentendimento entre Caetano Veloso e estudantes universitários no III Festival Internacional da Canção realizado no Rio de Janeiro, em 1968. Quando o cantor se preparava para cantar *É proibido proibir*, foi violentamente vaiado.

Na ocasião, Caetano vestia roupas de plástico que lembravam uma típica indumentária hippie e se requebrava. Agredido, reagiu com um discurso antológico no qual questionou a intolerância da plateia: “Mas é isso que é a juventude que diz que quer tomar o poder! [...] Se vocês em política forem como em estética, estamos feitos!”

Em regra, para as organizações de esquerda que dirigiam as principais entidades estudantis de 1968, a valorização do cotidiano e das subjetividades não só não eram aceitas, como eram colocadas como instrumentos que contribuíam para o desvio do militante, afinal, para muitos partidos e organizações “gastar energia com lazer e prazer era desperdiçá-la em detrimento das causas revolucionárias” (Sobrinho, 1994, p. 53).

O importante era a formação de militantes capazes “de a tudo suportar, de não se incomodar com o sofrimento, de jogar todas as suas fichas no futuro, de se imolar em favor do porvir, de sufocar a individualidade – seus gostos, seus prazeres, seus amores, seu tempo livre, tudo – em nome de um coletivo construído teoricamente pelo partido” (José, 1996, p. 30).

Essa dificuldade de lidar com a diferença foi sendo “apagada”^[1] da memória estudantil quando a escuta tão almejada (após o AI-5) torna-se possível a partir da segunda metade dos anos setenta, com o início da abertura política. Afinal chegava o momento de os militantes dos anos sessenta romperem com o silêncio e havia um vibrante clima de mobilização popular que, para muitos, parecia reviver os signos de 1968.

No contexto da “abertura” política então em curso no país, o ano de 1979 marcou fundamente a história do Brasil pelo que ocorreu de mobilização popular. Grandes greves em São Paulo, a agitação em torno da reconstrução da UNE, a luta pela anistia e o fim do AI-5, a reunião da SBPC em Fortaleza, a rebelião pela meia passagem em São Luís do Maranhão, tudo se dando sob o pano de fundo da vitória da Revolução Sandinista na Nicarágua, confirmam o clima reinante naqueles dias. A sensação que se tinha era de estar tomando a história nas próprias mãos e construindo das cinzas da ditadura um novo país. Não era pouca coisa sentir-se personagem desse histórico ano, que mais parecia a continuação de 1968, o ano que para os verdadeiros combatentes, como sugere Zuenir Ventura, ainda não tinha terminado [grifo meu]. (Neto, 1994, p. 55)

Percebe-se nessa fala de um ex-militante de 1979, que 1968 é retomado para dar sentido àquilo que se vivia uma década depois. Ele também confere vigor à tese de Zuenir Ventura – a de que 1968 ainda não havia terminado – ao sugerir que enquanto houvesse o que ele classifica como “verdadeiros combatentes”, e os de 1979 estariam fazendo a sua parte, 1968 continuaria como memória e um modelo a seguir.

A constatação por sua vez é resultado de aproximações mais ou menos evidentes. As greves do ABC paulista poderiam ser relacionadas às greves de Osasco e Contagem, dois movimentos importantes ocorridos onze anos antes; a revolução sandinista poderia ser para os estudantes de 1979 o que foi a cubana para os de 1968 e finalmente as manifestações de rua pareciam dar continuidade à rebeldia urbana silenciada pelo AI-5.



^[1] Existiu uma prática discursiva que escamoteou qualquer tipo de comportamento estudantil que denunciasse intolerância. Neste sentido, o ex-militante Daniel Aarão Reis (Reis, 2005) se surpreende com os discursos de ex-militantes que ressurgiram nos anos 1980 e 1990, como admiradores de Caetano Veloso e entusiastas das pequenas revoluções comportamentais ocorridas fora dos canais formais da política. “Não é essa memória que eu tenho, ao contrário. A grande maioria da militância de esquerda era muito resistente a questionamentos heterodoxos. No seio das organizações revolucionárias, isso era muito claro. Nós não permitíamos homossexualismo e drogas”.

Os militantes do final dos anos setenta, no entanto, não foram os únicos a projetar 1968 em 1979. A imprensa também se utilizou deste recurso para fazer a cobertura do renascimento da UNE. No fragmento a seguir, retirado do exemplar da revista *Isto é* do dia 09 de maio de 1979, a comparação é evidente: “Nenhum estudante brasileiro tem, hoje, o prestígio que tiveram líderes como Luís Travassos, José Dirceu ou Vladimir Palmeira – as estrelas dos anos 60 [...] A inexistência de dirigentes no movimento estudantil atual é discutida com vistas à eleição da UNE” *Isto é*, 1979, [s.n.], p. 33).

Assim, admirados por muitos, reconhecidos por setores da grande mídia e beneficiados com a Lei da Anistia, as “estrelas dos anos sessenta” foram reintegradas à vida social legal trazendo na bagagem um enorme capital simbólico conquistado a partir das suas lutas contra o regime militar que dava os seus últimos suspiros. Eles, então, começaram a colocar suas memórias em disputa com as dos militares.

A partir delas, as novas gerações poderiam compartilhar com os ex-militantes a sua crença nas virtualidades possíveis e garantir para si um aprendizado que desse sentido aos seus sonhos de engajamento político. Ou seja, os anos sessenta potencializaram o seu efeito pedagógico na constituição de uma linguagem juvenil, sinônimo de engajamento político. E foi em meio a esta disputa entre as memórias antes recalcadas e a oficial que se completou a abertura política brasileira que determinou o fim da Ditadura Militar.

O resultado foi a consolidação de um discurso que criou uma engenharia maniqueísta no interior da qual o nome “ditadura militar” passou a absolver todos os civis que participaram do golpe de 64 e que, efetivamente, colaboraram ano após ano com o Estado militarizado. E esse discurso que empurrou a culpa por todos os males ocorridos entre 1964 e 1985 para os “militares” – sem rostos, nomes ou punição – encontrou nas celebrações a 1968 um importante dispositivo.

Para a grande maioria da sociedade, a ditadura e os ditadores foram demonizados. Em 1998, por ocasião das comemorações dos 30 anos do estranho ano de 1968, a sociedade brasileira, através da mídia e da academia, consagrou uma orientação de hostilidade à ditadura: celebrou os vencidos de então e condenou sem piedade os poderosos que mandavam e desmandavam no país. Sobre o período, de modo geral, a memória da sociedade tendeu a adquirir uma arquitetura simplificada: de um lado, a ditadura, um tempo de trevas, o predomínio da truculência, o reino da exceção, os chamados anos de chumbo. De outro, a nova república, livre, regida pela Lei, o reino da cidadania, a sociedade reencontrando-se com sua vocação democrática. (Reis Filho, 2000, p. 7-8)

Assim, no Brasil da redemocratização criou-se a convicção de que toda a sociedade civil resistira à ditadura. Dessa forma, se por um lado as memórias dos ex-militantes estudantis não foram capazes de levar à punição ou pelo menos constranger os militares e seus colaboradores civis, que a partir de 1964 cometeram sucessivas violações contra os direitos humanos, por outro, elas acabaram transfigurando aquela militância em encarnações vivas da resistência que naquele momento a grande maioria da sociedade civil oportunamente assumia como sua.

E muitos daqueles ex-militantes haviam atuado politicamente em 1968, onde a memória coletiva depositava as mais expressivas reações civis contra a ditadura. Os brasileiros acabaram assumindo as grandes manifestações civis em repúdio à ditadura ocorridas em 1968 e especialmente as do movimento estudantil, como um passado glorioso, um verdadeiro álibi a confirmar sua resistência ao regime militar, na verdade limitada e muitas vezes questionável. É com este instante mágico e com seus signos de rebeldia e inconformismo que a sociedade brasileira quer se identificar e não mais com o período em que conclamava a todos a sentir amor pelo Brasil e exigia o exílio para aqueles que não o fizessem. Foi desta forma, em meio a este diálogo entre o presente e o passado que os signos de 1968 se perpetuaram no tempo, ajudando a preservar uma imagem cristalizada do movimento estudantil daquele ano na memória coletiva dos brasileiros a partir dos anos 1980. Até junho de 2013.

A história do junho de 2013 significa o surgimento de um novo marco para a história dos movimentos juvenis brasileiros. Muitos jovens militantes, atualmente, não conhecem os significados de 1968, mas tornou-se comum falar sobre como as jornadas de 2013 mudaram suas vidas e seus sonhos de transformação social. Mas junho de 2013 ainda é muito controverso, tanto para estudiosos, quanto para os protagonistas diretos da política brasileira. Para Sabrina Fernandes (Fernandes, 2019), aquelas manifestações se tornaram um evento fundamental para se pensar a história recente da esquerda brasileira, e o seu caráter controverso diz muito sobre a atual fragmentação e crise de representação dessa mesma esquerda. Nesse espectro político, podem ser encontradas organizações que são entusiastas declaradas do Junho de 2013 e também organizações que preferem criticá-lo, destacando os “elementos cooptados mais despolitizados, fragmentados e de direita das mobilizações”, para concluir que Junho, afinal, não foi de esquerda (Fernandes, 2019, p.21).

O conjunto das organizações de esquerda se polarizou em torno de basicamente três posições gerais: parte da “esquerda não petista” subestimou o antipetismo e viu em toda aquela movimentação de 2013 um clamor progressista por justiça e democracia radical; outra parte, irritada com a prepotência das manifestações considerou o movimento ideologicamente pequeno-burguês, por ter rejeitado a mobilização de partidos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais e, por fim, encontramos ainda a “esquerda petista” que se assustou com a possibilidade de um levante de massas durante o governo Dilma Rousseff e que depois associou Junho de 2013 diretamente ao golpe parlamentar de 2016 (Fernandes, 2019, p.20).

Tais percepções sobre o junho de 2013 negam alteridade aos coletivos juvenis que participam da política brasileira desde o início deste século e que só vieram a tornar-se visíveis nesse evento de proporções nacionais. Esses coletivos são criticados por não possuírem uma direção centralizada; um objetivo político classista, concreto, “possível” e ainda porque priorizam lutas específicas locais, não procurando colocar na equação as questões nacionais e globais. Problemas que a esquerda organizada nos partidos, segundo a própria, teria como resolver com trabalho de organização política denso e disciplinado.

A despeito do rumo que as manifestações acabaram tomando em 2013, aquele mês de junho consolidou um novo espaço para a rebeldia juvenil. Um espaço para experiências mais sensíveis às práticas políticas libertárias e horizontais, às diferenças identitárias, ao direito à cidade e aos apelos por uma democracia direta. Até junho de 2013, elas eram periféricas na cartografia das esquerdas tradicionais, aquelas focadas nos partidos políticos e sindicatos. Com a eclosão das jornadas daquele ano, este “novo” tipo de rebeldia passou para o palco principal da política nacional, mesmo que por poucos dias.

Daí se destacaram o Movimento Passe Livre (MPL) e a tática *Black Bloc*, dois movimentos que obrigaram intelectuais, políticos, militantes e a mídia a refletirem sobre novas práticas, um novo vocabulário e uma nova agenda política juvenil; e, sobretudo, a lidar com os seus medos diante da emergência de uma nova expressão política que, à primeira vista, parecia despertar um radicalismo incomum e ameaçador para o *status quo*. A tática *Black Bloc*, por exemplo, foi tema de intensos debates entre aqueles que defendiam suas ações e aqueles que condenavam veementemente a sua existência. A esquerda tradicional, via de regra, foi uma grande crítica do movimento. Houve quem se referisse a ela como “fascista”, acusando-a de ter intenções obscuras.

A jornalista Esther Solano, que estudou de perto a tática *Black Bloc*, assim se manifestou sobre o tema:

Minha percepção é de que há um certo ressentimento com isso, porque ninguém contou com os partidos de esquerda, com os sindicatos ou com os movimentos tradicionais para ir à rua [...] O anarquismo é a inspiração, mas, durante as conversas, aparecem muito mais a precariedade do estado brasileiro e a violência institucional do que as ideias anarquistas como motivações de sua presença nas ruas. (Solano; Manso; Novaes, 2014, p.39)

Os *happenings* não se consideram um coletivo, mas uma “tática” (Solano; Manso; Novaes, 2014, p.40), uma das particularidades que atestam o caráter desconcertante desses novos movimentos relativamente ao tipo de movimento juvenil que vinha se consagrando desde a década de 1960. Isso, entre tantos outros aspectos, denuncia a necessidade de um novo vocabulário político para se pensar os movimentos juvenis deste século, para além daqueles que estão consagrados há décadas. Parafraseando Zuenir Ventura, 1968 parece ter finalmente terminado.

Seria, então, pertinente para a compreensão dos movimentos juvenis que protagonizaram o Junho de 2013, problematizar as novas práticas que as manifestações daquele ano tornaram evidentes. No geral, eles não eram disciplinados por uma cultura marxista que visa a tomada do poder e estão abertos a diferentes sonhos de engajamento político e ao entrecruzamento entre estética e política.

Os “novos militantes” juvenis assumem o desejo de investirem na transformação de seu cotidiano imediato. E acreditam na mobilização para resolverem problemas concretos tais como o transporte público sucateado, a violência policial nas periferias, o racismo, machismo, homofobia; demandas tão diversificadas quanto são diversos os tipos de exclusões, opressões e omissões no Brasil.

Por fim, esses ativistas, em geral, são anticapitalistas, mas não priorizam a queda da burguesia em suas lutas. Seu gozo tem que ser imediato e motivado por questões pontuais, para um dia, quem sabe, ver o capitalismo cair pelo conjunto das lutas específicas que as injustiças do sistema desencadeiam permanentemente. As lutas da juventude brasileira se diversificaram bastante após a emergência dos “caras-pintadas”. Se até 1992, o movimento estudantil dos anos sessenta foi um exemplo marcante para as juventudes que atravessaram importantes acontecimentos políticos da história nacional recente, das jornadas pela redemocratização (na virada dos anos 1970 para os 1980) até o *impeachment* do presidente Collor; nas últimas décadas, os objetivos políticos da juventude brasileira se fragmentaram, afrontando a lógica dos movimentos estudantis do passado, ao prestigiarem temas micropolíticos em detrimento de uma escala maior de engajamento. Pelo menos um desses temas merece aqui um destaque: o direito à cidade.

O direito inalienável à cidade repousa sobre a capacidade de forçar a abertura de modo que o caldeirão da vida urbana possa se tornar o lugar catalítico de onde novas concepções e configurações da vida urbana podem ser pensadas e da qual novas e menos danosas concepções de direitos possam ser construídas. O direito à cidade não é um presente. Ele tem de ser tomado pelo movimento político. (Harvey, 2013, p.34)

Essa pauta é cara para uma juventude que vem desde os primeiros anos deste século se mobilizando em coletivos organizados em torno de pautas mais específicas, a exemplo do Movimento Passe Livre (MPL), um movimento social horizontal, autônomo e apartidário que luta pelo transporte público e pelo direito das pessoas à cidade. Mas esse direito à cidade, no Brasil, está permanentemente ameaçado por causa da má qualidade dos serviços de transportes públicos oferecidos na maioria das cidades e por conta do valor de suas tarifas, que está sempre tencionando a capacidade de pagamento de seus usuários.

As revoltas de junho de 2013, desencadeadas pela luta organizada pelo MPL-SP contra o aumento das tarifas, não são algo inteiramente novo. Para começar a compreender esse processo é preciso que voltemos a, no mínimo, 2003, quando, em resposta ao aumento das passagens, iniciou-se em Salvador uma série de manifestações que se estenderam por todo o mês de agosto daquele ano, que ficou conhecida como a Revolta do Buzu. (Movimento Passe Livre, 2013, p.14)

Diante dessa ameaça permanente que inibe a liberdade de circulação dos habitantes da cidade, uma concepção política menos focada nas disputas pelo Estado a partir das lutas de classe estimula a impertinência sobretudo dos jovens, o grupo social mais atingido pelas constantes crises no transporte público. Com pouco ou nenhuma renda e mais excitáveis com os infinitos estímulos que a cidade tem para oferecer, são eles que sentem de forma mais dura as contradições advindas do choque entre o desejo de transitar pela cidade e a falta de recursos.

Por isso, nas últimas décadas, jovens de várias cidades brasileiras empreenderam importantes movimentos contra abusivos aumentos de tarifas e, em alguns casos, chegaram a construir uma demanda particular: o passe livre. Muitos desses jovens, que cobraram dos poderes públicos um serviço de qualidade e acessível a todos os habitantes da cidade,

estavam, sem imaginar, fundando nessas manifestações uma nova história para os movimentos juvenis brasileiros, já que em grande medida, a cidade enquanto tema em si, costuma ser “ignorada por uma esquerda que não consegue ver ali a luta de classes” (Maricato, 2013, p.19).

As jornadas de 2013 tiveram as características necessárias para se fixarem na memória coletiva do brasileiro ao lado de outras grandes mobilizações, como a passeata dos Cem Mil, de 1968; o movimento das Diretas Já, no início dos anos 1980 e as manifestações dos “caras-pintadas”, em 1992. Difícil mesmo é entender qual o seu significado político.

Junho de 2013 pode representar um ensaio para a realização dos desejos dos movimentos sociais mais progressista da política brasileira, uma revolução perdida ou ainda a porta de entrada para uma grande investida da extrema-direita em nosso país. Mas aqui, só estamos levando em consideração a rebeldia juvenil dos primeiros dias daquele mês, quando uma disposição política nova e radical, que assustou partidos da esquerda moderada, como o PT e surpreendeu partidos da esquerda mais radical, como o Psol e PSTU, se voltou contra o sistema político brasileiro ditando o ritmo das manifestações.

Não havia um centro, um comando específico. Chamaram atenção os corpos singulares que ao longo daquele mês de junho assumiram os sabores e os riscos de subverter a ordem e os comandos dos poderes constituídos. Sem a organização dos partidos de esquerda, de sindicatos ou de movimentos sociais tradicionais a motivação dos jovens que foram para as ruas deve ser percebida “micrologicamente”.

O MPL, organização horizontal e autonomista, mas dirigente, foi o ator mais importante na primeira fase dos protestos. Trata-se de movimento fundado em 2005 e existente em várias cidades, fruto do acúmulo de revoltas contra o aumento das tarifas de transporte público que ocorreram em 2003 em Salvador e, logo depois, em Florianópolis. É sintomático que aquelas revoltas urbanas não tenham sido dirigidas por organizações de esquerda, mas por movimentos que conseguiam formar-se de acordo com o próprio ritmo coletivo das ações de rua, tal qual uma escultura social. (Secco, 2013, p.76-77)

Esses jovens estavam dissociados tanto da esquerda moderada, que a exemplo do PT temia uma força radical que colocasse em risco um trabalho de mais de uma década de tentativa de conciliação de classes; quanto da esquerda radical, que se sentiu “desencaixada” sem conseguir acompanhar o “ritmo e a linguagem que exige a política da rua” (Caio Martins, 2013, como citado em Secco, 2013, p.77). Junho contrariou as expectativas das duas esquerdas. Os movimentos sociais que desencadearam as jornadas de junho não atuaram nem teórica nem metodologicamente como as esquerdas tradicionais esperavam e criaram novas possibilidades. Até onde poderiam ter ido? Até onde gostariam de ter ido os estudantes de 1968 em igualdade de condições? No dia 19 de junho de 2013, o governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin e o prefeito Fernando Haddad voltaram atrás e anunciaram que não haveria mais o aumento no preço das passagens e logo em seguida o MPL declara que não iria mais fazer novas convocações.

Por essa e outras questões, o legado de junho de 2013 para a esquerda foi controverso. Ligada ao sistema partidário, a esquerda tradicional costuma lidar mal com o tema porque pensa a partir de seu próprio horizonte de expectativa. O MPL tinha um objetivo específico e foi alcançado. E isso bastava naquele momento. As manifestações iniciais de junho de 2013 representaram um esforço libertário que não se comprometeu com projetos de tomada de poder. Enquanto a classe trabalhadora estava confusa durante os governos do PT, sacrificando sua independência, situação que parecia confirmar as teses de Herbert Marcuse sobre o esgarçamento do potencial revolucionário da classe trabalhadora no sistema capitalista; uma nova geração de jovens foi às ruas praticar uma rebelião do desejo, enterrando as velhas formas (Iasi, 2013, p.46). Foi um exercício de reflexão que apontava para os riscos não apenas vindos do poder constituído e institucionalizado, mas também os riscos vindos de qualquer estratégia que se coloque contra o *eestablishment*, riscos não devidamente reconhecidos. A tentativa de parar o movimento, por parte do MPL, representa bem essa cautela, o medo de ser capturado, cooptado. Depois que a juventude envergou o poder dos governos estadual e municipal em São Paulo, o MPL-SP se tornou uma referência política no Brasil inteiro. Poderia ter avançado, conquistado mais prestígio e influência, mas aquele coletivo decidiu parar. Todavia um novo tempo e espaço para a vontade popular já havia se tornado possível. As decisões de coletivos como o MPL representariam, neste sentido, o desejo de não apenas permanecer em fluxo para fugir das capturas sociais, inclusive as da esquerda militante, com suas visões, às vezes, excessivamente esquemáticas e disciplinadas, como também o desejo de afrontar a ordem estabelecida.

Movimentos como o do MPL são de um tipo novo. Constituíram-se na virada do século passado para o atual, nas ruas de Seattle, Toronto, Washington, Praga e Gênova. O jovem ativismo responsável por eles, diferente da militância de 1968, que acreditava estar próxima a revolução que derrotaria o capitalismo internacional, não acreditava numa vitória definitiva contra a sistema, mas estava cada vez mais convencido da necessidade de se insistir na desobediência civil.

O MPL segue a lógica de ser um grupo relativamente pequeno para o tamanho das manifestações que mobiliza, de não ter lideranças e de ser capaz de agenciar as diversas demandas da juventude fazendo-as convergirem pontualmente para um mesmo objetivo específico. Por isso tornou-se cada vez mais comum nas manifestações juvenis tipicamente do século XXI a participação de diferentes tribos ao mesmo tempo nas ruas. Em um mesmo protesto, é possível ver grupos de teatro de rua, a cultura *rave* artistas plásticos, ecologistas e os polêmicos *bhappenings*. Tudo isso com o mínimo de planejamento central e muita disposição para a sabotagem e a festa (Chrispiniano, 2002, p. 19). Uma série de grandes *happenings* agendados pela internet e redes sociais.

Assim, o MPL tornou-se apenas um estopim, uma espécie de “animador de festa”, um anfitrião; pois apesar da fama e da visibilidade de suas posições, quem construiu o junho de 2013 foi a infinidade de sujeitos anônimos que nunca pertenceram e talvez nunca venham a pertencer ao MPL ou a qualquer outro grupo político. Os sujeitos de junho de 2013 eram os “improvisados” manifestantes que estiveram nas ruas, os convidados de uma festa que foi se fazendo à vista de todos. E cada um procurou viver da forma mais conveniente as suas fantasias de transformação social. Se em 1992, os manifestantes contaram apenas com o recurso cênico de pintar o rosto, em 2013, os jovens puderam criar uma infinidade de teatros individuais (com direito a eventual publicidade nas redes sociais). Mas isso não quer dizer que a importância do MPL deva ser negligenciada. Esse coletivo foi criado nesta nova lógica. Ele só funciona (porque nasceu assim) justamente neste contexto de descentralização. É

preciso compreender que mesmo não sendo um “centro decisório” do Junho de 2013, não é algo desprezível ser “uma espécie de estopim” de um movimento tão grande, numa época de fragmentação social.

De certa forma, o movimento conseguiu, aproveitando-se da cegueira, autismo social e político dos “detentores do poder”, “aquilo que militantes, organizações populares e setores do movimento social urbano vinham tentando há algum tempo: unificar descontentamentos, lutas, reivindicações, anseios” (Vainer, 2013, p.36). E por quê? Segundo Carlos Vainer “em termos imediatos e conjunturais, a resposta provavelmente está na arrogância e na brutalidade dos detentores do poder” (Vainer, 2013, p.36). Para Mauro Iasi, “a repressão aos jovens e a prepotência dos governantes funcionaram como catalisador das contradições que germinavam sob a aparência de que tudo corria bem em nosso país” (Iasi, 2013, p.45-46). Para Judith Butler, quando os corpos estão na rua, é como se dissessem: “nós não somos descartáveis” (Butler, 2019, p.32). E eles geralmente se dispõem a lutar contra forças que buscam a sua debilitação ou erradicação (Butler, 2019, p.93). Em Seattle, Toronto, Washington, Praga e Gênova, jovens do mundo inteiro se reuniram para aquelas manifestações (contra as grandes corporações do capitalismo internacional) como se estivessem se preparando para uma grande festa. Havia música, dança, artes plásticas, teatro; mesmo diante dos riscos da violência policial. No junho de 2013, jovens de todo o Brasil, muitos dos quais sem histórico algum de engajamento em movimentos sociais, colocaram em prática seus sonhos de engajamento político. E em boa parte destas experiências o palco real (as ruas) se conectavam com o mundo virtual de ferramentas como o Facebook e o Twitter. E neste caso, é importante a reflexão de Leonardo Sakamoto:

Essas tecnologias de comunicação não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Quando alguém atua através de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Isto, aos poucos, altera também a maneira de se fazer política e as formas de participação social. (Sakamoto, 2013 p. 95-96)

Já os militantes de 1968 não tinham tantas opções. Para enfrentar a ditadura militar, os estudantes se sujeitaram a uma disciplina mais rigorosa articulada em grande medida ao materialismo histórico. Este foi praticamente ignorado naquelas grandes manifestações de 2013 que privilegiaram o espontaneísmo e agenciaram vozes e demandas diversas e, cada vez mais frequentemente, incoerentes entre si, até que começaram a surgir demandas absolutamente desconectadas de toda a lógica inicial.

O evidente anticapitalismo do começo foi perdendo espaço para um movimento cívico que lembrava o conservador nacionalismo cultivado no Brasil do início do século XX, quando ser um bom cidadão era não ver contradições na sociedade brasileira, respeitando todas as normatividades, em benefício, é claro, do homem branco, cristão, heterossexual e burguês. Foi o estopim para um movimento verde-amarelista (com direito à camisa da Confederação Brasileira de Futebol) disposto a ir até as últimas consequências para forçar uma alternância de poder, desestabilizando o governo Dilma.

E o poder da alta burguesia se revelou em junho de 2013 menos pela sua capacidade de coerção do que pela sua criatividade. Depois de condenar e tentar jogar a “opinião pública” contra as manifestações do início, a grande mídia passou a noticiar manifestações cada vez

mais alinhadas com aquilo que desejavam seus patrocinadores: uma legião crescente de subjetividades conservadoras reativas à esquerda e que estavam articuladas com as pautas dos grandes veículos de comunicação. Uma delas era o combate à Proposta de Emenda Constitucional 37.

Essa PEC significava a tentativa de tornar privativo das polícias civil e federal o poder de investigação criminal, retirando essa prerrogativa de órgãos como o Ministério Público. Combatê-la, portanto, significava apoiar, ainda em 2013, a formação de um aparato jurídico-policial que, algum tempo depois, acabou “supliciando em praça pública” o governo Dilma, o Partido dos Trabalhadores e a sua principal liderança, o então ex-presidente Lula, por meio da Operação Lava Jato, hoje amplamente denunciada por ter atentado contra o devido processo legal vigente no país.

Não evitar a “contaminação” das manifestações de 2013, portanto, foi uma armadilha conceitual que os coletivos envolvidos, mais sensíveis às práticas políticas libertárias, horizontais e às diferenças identitárias não conseguiram evitar, afinal essa esquerda alternativa tem muita dificuldade para proteger-se de atitudes e opiniões mesmo que perigosamente contrárias às suas demandas. Os critérios vigentes em 1968 eram mais rigorosos. Entre o desejo e o sacrifício, razão e a sensibilidade ou entre a autoridade e a afetividade, o corpo-militante deveria se pautar sempre pelo sacrifício, razão e a autoridade. E sem as antigas disciplinas, os ativistas hoje acreditam estar mais livres para agenciarem suas próprias performances políticas. Hoje eles podem ser diversos. Se nos anos 1960, Geraldo Vandré prescrevia a impossibilidade de as flores vencerem o canhão, hoje é possível encontrar nas ruas desde um jovem portando um coquetel molotov, a um trompetista tocando na frente do Palácio do Planalto para afrontar um presidente da República.

Referências Bibliográficas

Butler, J. (2019). *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia*. Civilização Brasileira.

Chrispiniano, J. (2002). *A guerrilha surreal*. Conrad Editora do Brasil; Com-Arte.

Fernandes, S. (2019). *Sintomas mórbidos: A encruzilhada da esquerda brasileira*. Autonomia Literária.

Harvey, D. (2013). A liberdade da cidade. In E. Maricato et al. (Eds.), *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (pp. 27-34). Boitempo; Carta Maior.

Hollanda, H. B., & Gonçalves, M. A. (1989). *Cultura e participação nos anos 60*. Brasiliense.

Iasi, M. L. (2013). A rebelião, a cidade e a consciência. In E. Maricato et al. (Eds.), *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (pp. 41-46). Boitempo; Carta Maior.

Istoé. (1979, 9 de maio). *Istoé*, p. 33.

Istoé (2005, 16 de novembro). O 68 da periferia, *Istoé*, nº 1883, p. 100.

José, E. (1996). Em busca da militância perdida. *Teoria & Debate*, 32, 28-32.

Marc, J. (1999). 1968: A memória expropriada. In D. Souza & G. Chaves (Orgs.), *Nossa paixão era inventar um novo tempo* (pp. 99-107). Rosa dos Tempos.

Maricato, E. (2013). É a questão urbana, estúpido! In E. Maricato et al. (Eds.), *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (pp. 19-26). Boitempo; Carta Maior.

Movimento Passe Livre-SP. (2013). Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In E. Maricato et al. (Eds.), *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (pp. 13-18). Boitempo; Carta Maior.

Neto, F. (1994). Movimento estudantil no Piauí anos 70. *Cadernos de Teresina*, 18, 50-56.

Reis, D. A. (2005). *Entrevista de Daniel Aarão Reis*. Retirada de www.mme.org.br em julho de 2005.

Reis Filho, D. A. (2000). *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Jorge Zahar Ed.

Sakamoto, L. (2013). Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In E. Maricato et al. (Eds.), *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (pp. 95-100). Boitempo; Carta Maior.

Secco, L. (2013). As jornadas de junho. In E. Maricato et al. (Eds.), *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (pp. 71-78). Boitempo; Carta Maior.

Solano, E., Manso, B. P., & Novaes, W. (2014). *Mascarados: A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc*. Geração Editorial.





Sobrinho, J. R. (1994). Militância: prazer ou sacrifício? *Teoria & Debate*, 26, 53-56.

Tavares, F. (1999). *O golpe de 1964, início de 1968. In Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha* (pp. 95-103). Fundação Perseu Abramo.

Vainer, C. (2013). Quando a cidade vai às ruas. In E. Maricato et al. (Eds.), *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (pp. 35-40). Boitempo; Carta Maior.

Ventura, Z. (1988). 1968: *O ano que não terminou* (20ª ed.). Nova Fronteira.

Ventura, Z. (1993). A sucessão. In *Veja 25 anos: Reflexões para o futuro* (pp. 116-125). Abril.

Idelmar Gomes Cavalcante Júnior, Universidade Estadual do Piauí, Brasil

E-mail: idelmargomes@phb.uespi.br





